

p 10

Cláudio Lacerda

Assembleia Constituinte
A triste certeza JORNAL DE BRASÍLIA

26 AGO 1986

Entre as muitas coisas que, apesar da confusão, começam a ficar claras na política brasileira, está a triste certeza de que a tão sonhada Assembleia Nacional Constituinte caminha para o fracasso e para a decepção de todos os que esperavam uma nova carta capaz de institucionalizar democraticamente o futuro do País.

Embora estivesse óbvio que a futura Constituição jamais seria a resposta para todos os males do País, como tentou-se fazer crer, eram muito grandes as esperanças de que poderíamos, finalmente, romper com um passado de estagnação institucional e partir para a procura de soluções modernas, capazes de colocar o Brasil no rumo certo do futuro.

Mas os políticos brasileiros e as elites dirigentes nacionais continuam inteiramente desfocadas da realidade do País e das justas ambições de sua gente. Pouco a pouco, foram sendo jogadas fora, uma a uma, as oportunidades de ser eleger uma Assembleia Nacional Constituinte realmente representativa.

O primeiro erro surgiu pela triste necessidade que os nossos políticos têm de resolver primeiro seus problemas pessoais. Os senadores eleitos em 1982 — alguns dos que exercem os mandatos são apenas suplentes — não receberam do eleitor o direito de votar uma nova Constituição e, portanto, não deveriam agora participar da Assembleia Constituinte.

O segundo grande erro foi marcar para o mesmo dia a eleição dos constituintes e dos governadores. Como era de se esperar, a escolha dos futuros governadores está polarizando a



opinião pública e a escolha de Deputados e Senadores, teoricamente muito mais importante, foi relegada a um segundo plano.

E não é só: os próprios candidatos aos Governos Estaduais e os partidos políticos estão concentrando todo o seu poder de fogo nas eleições majoritárias. Isso aconteceu a tal ponto, com as ambições pessoais colocadas tão acima dos interesses nacionais, que políticos que se gabam de suas posições ideológicas, como Miguel Arraes e Waldir Pires, deixaram as vagas para o Senado em suas chapas,

para candidatos totalmente desvinculados de seus ideais e objetivos.

O terceiro grande problema surgiu com a liberalidade excessiva da atual legislação partidária, que permitiu alianças espúrias, como a do PDT com o PDS, no Rio Grande do Sul, as cisões partidárias apenas para contentar ambições pessoais, como no Paraná, e a inflação de legendas, quase todas criadas para vender vagas nas chapas. Mas por isso mesmo, vão atrapalhar e até impossibilitar a consolidação dos partidos maiores. Não se pode esquecer também o fracasso da legislação nas tentativas de impedir o poder do dinheiro nas eleições. O que vai haver em novembro chega a ser impensável: basta ver o que acontece no estado do Rio, por exemplo, onde falsamente se atribuiu o título de mais politizado do País.

No Rio de Janeiro, citado aqui apenas para exemplificar, chega a assustar o que candidatos como o ex-ministro Francisco Dornelles e o empresário Delvi Berger, do PFL, o deputado Fernando Carvalho, do PTB, ou Gustavo Faria, Ronaldo César Coelho e Clímério Veloso, do PMDB, vão gastar. Ao lado deles, pode-se citar a máquina do governo Brizola e as altas verbas de publicidade do banco do Estado, prontas para dar tudo de si na campanha.

Diante de tudo isso, só resta perguntar: o que se pode esperar da futura Constituição brasileira, aquela Constituição que esperávamos ser a mais moderna e talvez a definitiva? (Agência Estado).